**TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE**

**LAUDO DE FAUNA SILVESTRE – LFS**

**CAMPO BOM - RS**

ÍNDICE

PREFÁCIO: 3

1. Introdução 3

2. Área de estudo 3

3. Descrição do Método de Inventário 4

4. Inventário da Fauna 4

5. Detalhamento do Manejo Requerido 5

6. Parecer Técnico Conclusivo 6

7. Manejo de Fauna 6

8. Condições de Apresentação do LFS 6

ANEXOS

### PREFÁCIO:

Considerando a necessidade de padronizar os métodos de análise nos procedimentos de licenciamento ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Campo Bom (SEMA), foi construído o seguinte termo de referência. São elencadas as informações e dados imprescindíveis para avaliação técnica dos pedidos de manejo de vegetação que interfiram na ocorrência de fauna silvestre. Sugere-se que o técnico utilize este documento como base para elaboração dos Laudos de Fauna (LFs), contendo, no mínimo, o conteúdo subscrito. Estas exigências se baseiam na legislação municipal, estadual e federal, assim como nas resoluções CONDEMA, CONSEMA E CONAMA.

### Introdução

1.1) Dados de identificação

1.1.1) Empreendedor

1.1.2) Atividade/Empreendimento (incluindo matrícula do imóvel).

1.1.3) Responsável técnico

1.2) Objetivos e justificativas da atividade/empreendimento/intervenção requerida

Não é necessária abordagem sobre a caraterização fitogeográfica/formação vegetal do município.

### Área de estudo

2.1) Endereço, georreferenciamento, imagem de satélite da área total do lote, evidenciando as medidas das divisas e limites (polígono) em metros lineares e a área total em m2 ou ha.

2.2) Descrição e classificação dos ecossistemas da área do empreendimento, incluindo:

2.1.1) Caracterizar a geografia local (encosta de morro, interior de vale, planície de inundação, etc).

2.1.2) Caracterização da área de estudo e do ambiente de entorno (antropização, usos do solo, áreas de relevância ecológica, corredores ecológicos e áreas de preservação permanente (APPs)).

2.1.3) Informar se o empreendimento está localizado no interior ou num raio de 10 km unidade de conservação ou área de interesse ambiental legalmente protegida.

### Descrição do Método de Inventário

3.1) Deve descrever os métodos de inventário realizados (transectos, observação direta ou indireta, cama de pegadas, armadilhas fotográficas, dentre outras), esforço amostral, horários, dias, datas e condições climáticas das campanhas, equipe técnica, equipamentos empregados, método de análise de dados (acompanhados de referências) e de delimitação da amostragem (curva do coletor).

3.2) Requerimentos para manejo de fauna devem ser acompanhados de propostas de manejo indicando medidas mitigatórias, local de realocação, métodos de afugentamento e justificativa dos procedimentos, conforme disponível no termo de referência para Controle e Supervisão Ambiental e Educação Ambiental.

### Inventário da Fauna

O conteúdo do diagnóstico deve contemplar:

4.1) Descrição e classificação dos ecossistemas da área do empreendimento, incluindo a caracterização fisionômica da vegetação (de todos os tipos de vegetação) e estágio sucessional da formação florestal, com enfoque na capacidade de abrigo, alimentação e dessedentação da fauna.

4.2) Inventário Faunístico, contemplando espécies nativas e exóticas de mamíferos, aves, répteis e anfíbios, com listagem da nomenclatura científica e popular, indicação das espécies endêmicas, migratórias, protegidas e ameaçadas (incluindo grau de ameaça das espécies), habitat, tipo, local e período do registros de ocorrência.

4.3) Listagem de espécies ocorrentes na região do empreendimento baseada em literatura científica e outros estudos realizados em áreas com características semelhantes no entorno do empreendimento.

4.4) Justificativa e descrição da metodologia, equipamentos e recursos empregados no inventário, que deverá conter, no mínimo, um método de busca passiva e um método de busca ativa por grupo inventariado.

4.5) Justificativa e descrição dos pontos de amostragem, considerando o potencial e importância das glebas, suas características e atrativos.

4.6) Descrição do esforço amostral, com campanhas direcionadas ao horário de maior atividade para cada táxon e com amostragem em pelo menos um período de primavera ou verão.

4.7) Determinação da suficiência amostral, baseada na estabilização da curva do coletor.

4.8) Identificação e georreferenciamento do local de aplicação das metodologias de amostragem, ponto de registro das espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção, assim como dos locais de reprodução, alimentação e dessedentação da fauna no croqui ou mapa da área.

4.9) Informação sobre a área de vida, em hectares, das espécies ameaçadas e protegidas registradas, referenciada na literatura.

4.10) Identificação e georreferenciamento do local de concentração de aves em migração, abrigo de morcegos, sítios de reprodução de anfíbios, locais de nidificação, tocas, entre outros relevantes no croqui ou mapa da área.

4.11) Considerações sobre a formação de corredores ecológicos, interação entre a área de estudo e as áreas de entorno.

4.12) Determinação das Áreas de Preservação Permanente (APP) na área de estudo e na distância de 100 metros de todo o seu limite.

4.13) Determinação do enquadramento da gleba, quanto a localizar-se ou não no bioma Mata Atlântica (Lei Federal n° 11.428/2006).

4.14) Relatório fotográfico contemplando os registros de fauna, rastros e demais vestígios, a visão geral da área de estudo e evidenciando a metodologia de inventário. As imagens devem ter coordenadas geográficas.

4.15) Representação das APPs, dos recursos hídricos, das glebas de vegetação e da área a ser suprimida, com indicação dos vértices e das coordenadas geográficas, em Croqui ou Mapa de Caracterização Ambiental, em escala, contemplando a área total do empreendimento e as áreas de entorno que servirão de refúgio à fauna dispersada.

### Detalhamento do Manejo Requerido

5.1) Deve detalhar o manejo requerido, indicando a gleba de vegetação a ser suprimida e como o manejo favorecerá a dispersão da fauna, quais corredores ecológicos serão utilizados no afugentamento e quais populações animais serão afetadas. A análise deve fazer uma relação direta com a área de vida, capacidade de migração e sobrevivência dos táxons afetados, com enfoque detalhado das espécies protegidas e ameaçadas. Este item deve abordar as possibilidades de criação de corredores ecológicos e passagens para fauna em medidas compensatórias e explicar detalhadamente como o método de intervenção evitará danos a população animal.

### Parecer Técnico Conclusivo

6.1) Deve apresentar uma avaliação clara sobre a viabilidade legal do manejo requerido, abordando os impactos à fauna e sobre os ecossistemas locais, assim como as possibilidades de mitigação dos danos. Deve dar uma ideia clara de quais grupos terão capacidade de migração, quais serão suprimidos e de como o impacto será mitigado. Esta abordagem deve indicar efeitos como o isolamento geográfico de populações e interrupção de corredores ecológicos.

### Manejo de Fauna

7.1) Caso seja constatada inviabilidade de dispersão de espécies protegidas ou ameaçadas da fauna nativa, poderá ser solicitado projeto de manejo, contemplando captura e reintrodução dos espécimes afetados em áreas propícias para sua migração.

7.2) No caso de necessidade de manejo apresentar proposta de local para soltura e afugentamento da fauna com a apresentação de fotos (imagens de satélite e imagens reais da área) e coordenadas geográficas ou mapas e a descrição da área.

7.3) Descrição dos impactos sobre a fauna silvestre em suas diferentes magnitudes, espacialidades e duração nas fases de implantação e operação do empreendimento.

### Condições de Apresentação do LFS

8.1) Deverá ser elaborado por Responsável Técnico legalmente habilitado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). O Plano deverá ser assinado eletronicamente ou reconhecido em cartório pelo Responsável Técnico e apresentado em meio digital.

Devem ser apresentados como anexos:

**ANEXOS**

* ANEXO I – Listas de espécies e tabelas de campo.
* ANEXO II – Croqui/mapa da área de estudo.
* ANEXO III - Relatório fotográfico.
* ANEXO IV - Cronograma de ações.
* ANEXO V – ART

**ATENÇÃO: Caso sejam constatadas irregularidades que sejam consideradas fraude intencional, o processo poderá ser denunciado aos órgãos fiscalizadores/investigatórios e aos respectivos conselhos de classe. Estes casos podem incluir omissão ou irregularidade na demarcação das APPs e espécies protegidas e na elaboração de croquis e listas de fauna, que tragam informações discrepantes da realidade constatada em campo pelos técnicos da SEMA.**

EQUIPE TÉCNICA

Nome do Profissional

Formação – Registro no Conselho de Classe

Contato